

## PLANO DE TRABALHO

<b>FIELD PROJECT</b>	CARTILHA DE DIRECIONAMENTO DE USO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL PARA EMPRESAS DE TECNOLOGIA						
<b>AUTORIA</b>	HELENA FRIAS; MANUELA GOLDFARB; KÁRIDA MATEUS; LUISA MOTTA				<b>DISCENTES Nº MÁX.</b>	10	
<b>SUPERVISÃO</b>	A SER PREENCHIDO PELA COORDENAÇÃO DE ENSINO				<b>DISCENTES Nº MÍN.</b>	6	
<b>REQUISITOS</b>	ABERTO APENAS PARA DISCENTES DO 3º AO 5º PERÍODO.						
<b>PÚBLICO ALVO</b>	VTEX						
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIR037 / GRDDIR039 / GRDDIR041	<b>PERÍODO</b>	2022.1	<b>NATUREZA</b>	PRÁTICA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	60h

<b>EMENTA</b>	<p>O que é PI e que PI é registrável?</p> <p>Guidelines sobre quando é necessário registrar uma marca</p> <p>Como funciona o registro de marcas (criação de produtos)?</p> <p>O que eu preciso saber (expressões de propaganda)?</p> <p>Protocolo de Madrid - o que é? Vale a pena ser utilizado?</p> <p>O que são patentes?</p> <p>Por que é importante registrar?</p> <p>Criar um fluxo de processo (passo a passo a serem seguidos - que informações eu preciso?)</p> <p>Quando eu preciso envolver o jurídico para temas de PI?</p> <p>Vi uma marca parecida/igual a da empresa. Preciso acionar o jurídico?</p> <p>O que configura marcas semelhantes e infração de marca?</p> <p>Como a empresa pode se posicionar sobre violação de PI por parte de clientes que utilizam a sua plataforma de comércio eletrônico?</p> <p>Que cláusula poderia ser adicionada ao contrato de prestação de serviços para que a empresa de plataforma de comércio eletrônico não seja responsabilizada?</p> <p>Como outras empresas de plataforma de comércio eletrônico lidam com essas violações de PI de terceiros?</p> <p>Alguma utiliza um canal de denúncias?</p> <p>Como criar um canal de denúncias;</p> <p>Que informações deveriam ser solicitadas;</p> <p>Que fluxo faz sentido seguir dentro da empresa.</p>
<b>PROBLEMA</b>	Como lidar com Propriedade Intelectual de maneira institucional em uma empresa de tecnologia.
<b>PRODUTO</b>	Cartilha didática e com elementos interativos (audiovisual, QR codes), de fácil compreensão e linguagem simples que possa ser entendida por todos os empregados de uma empresa, independente de área (sem juridiquês).
<b>OBJETIVO</b>	Criar consciência e autonomia sobre o tema de Propriedade Intelectual e entender como empresas de tecnologia podem criar uma cultura sobre isso
<b>METODOLOGIA</b>	Planejamento estratégico: pesquisa bibliográfica e descritiva com estudo de caso, com coleta de dados por documentação indireta, com análise de dados qualitativa.
<b>HABILIDADE</b>  Exigência MEC  RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
	<input checked="" type="checkbox"/> Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
	<input checked="" type="checkbox"/> Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
	<input checked="" type="checkbox"/> Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
	<input checked="" type="checkbox"/> Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
	<input checked="" type="checkbox"/> Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
<input checked="" type="checkbox"/> Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.	

	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
		Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
		Outras:
<b>PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))</b>		
<b>ATIVIDADE</b>	<b>TEMA</b>	
1	Apresentação do panorama geral do curso e estabelecimento de cronograma.	
2	O que é PI e que PI é registrável? O que são patentes?	
3	Guidelines sobre quando é necessário registrar uma marca Como funciona o registro de marcas (criação de produtos)? O que eu preciso saber (expressões de propaganda)? Protocolo de Madrid - o que é? Vale a pena ser utilizado?	
4	Criar um fluxo de processo (passo a passo a serem seguidos - que informações eu preciso?)	
5	Quando eu preciso envolver o jurídico para temas de PI?	
6	Vi uma marca parecida/igual a da empresa. Preciso acionar o jurídico? O que configura marcas semelhantes e infração de marca? Colisão de marcas	
7	Organização do conteúdo desenvolvido até o momento.	
8	Como a empresa pode se posicionar sobre violação de PI por parte de clientes que utilizam a sua plataforma de comércio eletrônico?	
9	Que cláusula poderia ser adicionada ao contrato de prestação de serviços para que a empresa de plataforma de comércio eletrônico não seja responsabilizada?	
10	Como outras empresas de plataforma de comércio eletrônico lidam com essas violações de PI de terceiros? Alguma utiliza um canal de denúncias?	
11	Como criar um canal de denúncias; Que informações deveriam ser solicitadas;	
12	Que fluxo faz sentido seguir dentro da empresa para essas denúncias? Automatização é possível?	
13	Criação do visual da cartilha e discussão sobre como organizar a cartilha.	
14	Elaboração e compilação da cartilha	
15	Elaboração e compilação da cartilha	
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Entregas de tarefas e participação. Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	Barbosa DBB. Uma introdução à propriedade intelectual. Rio de Janeiro: Lumen Júris; 2003. LEMOS, Ronaldo. Creative Commons, mídia e as transformações recentes do direito da propriedade intelectual. Revista de Direito GV, v. 01. Maio 2005. CANALLI, Waldemar Menezes; SILVA, Rildo Pereira. Uma breve história das patentes: analogias entre ciência/tecnologia e trabalho intelectual/trabalho operacional. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <a href="http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Waldemar%20Canalli.pdf">http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Waldemar%20Canalli.pdf</a>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	GAUDIE LEY, Laura Lessa, Direito do Inventor: a licença compulsória em análise. In Perspectivas atuais do Direito da Propriedade Intelectual. Organizadores: AVANCINI, Helenara Braga; BARCELLOS, Milton Lucídio Leão. Porto Alegre, EdiPUCRS, 2009. Disponível em: <a href="http://www.edipucrs.com.br/propriedadeintelectual.pdf">http://www.edipucrs.com.br/propriedadeintelectual.pdf</a>	